

Title	Material de ensino da lingua portuguesa (2)
Author(s)	林田, 雅至
Citation	大阪外国語大学学報. 75(1-2) p.137-p.154
Issue Date	1988-03-31
oaire:version	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/81179
rights	
Note	

Osaka University Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

Osaka University

〔ポルトガル語教材考 (2)〕

林 田 雅 至

Material de ensino da lingua portuguesa (2)

by Masashi HAYASHIDA

要約：

15 世紀の海外進出とともに始まり、1820 年の自由主義革命とそれに続く 30 年代の改革によって終焉を迎えるポルトガルのアンシャン・レージュム（旧体制）の期間行なわれた、政治的な意味で国王の中央集権化の道具に利用され、経済的には国家財政の窮迫を救済するためにユダヤ人の富の没収を、彼らが純粹のキリスト教徒でないことを理由に合法的に容認し、また精神・思想史的には、医学を中心とする科学の萌芽の大幅な遅延を導いた異端審問制度 (Inquisição) を知ることは、ポルトガルの近世史を理解する上で極めて重要である。ここでは実際の授業での使用に有効と思われる史料・資料の抜粋を紹介する。なお、この資料は「ポルトガル語教材考(1)」(大阪外国語大学口承文芸研究会編『世界口承文芸研究』(第 8 号), 1986・所収) の続編である。

0.1 Para a selecção deste material, depois de consultadas as obras adiante referidas, estabeleci como essenciais os pontos seguintes :

- 1) Interpretação do significado dos autos-de-fé, aplicando a teoria do «Bode-Expiatório».
- 2) Culto e invocação de S. Sebastião e outros santos por altura das grandes epidemias.
- 3) Desenvolvimento da hipótese de ligação entre o culto de S. Sebastião e o posterior aparecimento do Sebastianismo, face à mentalidade do povo da época.
- 4) Relacionamento da magia e feitiçaria com o Sebastianismo, sua evolução para a Medicina científica.

1.1 Portugal, com uma longa linha de costa, visitado por barcos, de muitas partes do mundo e em relação com povos de raças e nações diferentes, estava destinado a sofrer os grandes contágios ; a estas condições juntavam-se as causas principais (...) (de Epidemias) (...) : falta de higiene, guerras quase contínuas, alimentação precária resultante de um regime mal equilibrado, pobre em produtos frescos, penúria de alimentos, miséria, etc. ⁽¹⁾

1.2.1 Em 1478 uma epidemia provocou grandes estragos em Évora, onde D. João II construiu

uma casa de saúde e ordenou medidas de higiene como percorrer a cidade com rebanhos, o que empíricamente sabia ser eficaz.⁽²⁾

1.2.2 O surto mais importante de 1492, em virtude do qual mandou D. João II construir canos de esgoto, designou lugares determinados para o monturo, estabeleceu disposições quarentenárias e mandou fazer fogueiras de alecrim e desinfectar as casas dos doentes.⁽³⁾

1.2.3 O Compromisso do Hospital das Caldas (regulamento de higiene) ⁽⁴⁾

1.2.4 O Regimento de 1569 (conjunto de regras profiláticas contra a peste) ⁽⁵⁾

1.2.5 O Alvará de 1580 (um serviço de sanidade pública, como o estabelecimento de um cordão sanitário nas fronteiras terrestre e marítima) ⁽⁶⁾

2.1.1 O combate ao excessivo autoritarismo de certos autores e personagens médicas, em que Aristóteles e Galeno, a favor de novos ídolos, sofriam rudíssimos golpes, deu origem, como se sabe, à reforma universitária de 1772,(...). Se a palavra reformadora, digamos revolucionária de Verney (carta 12^a. do seu verdadeiro Método de Estudar, 1746) e o celebrado relatório de Ribeiro Sanches, em 1731, ao nosso embaixador na Haia (que lhe enviara de Paris, onde vivia exilado) apresentavam bases para uma reforma do ensino médico em Portugal (como outro hebreu distinto, emigrado em Londres, também propõe Castro Sarmiento) , será o Método para Aprender a Estudar a Medicina, de Ribeiro Sanches, saído em Paris em 1763, que estimará decisivamente aquele movimento.⁽⁷⁾

2.1.2 O Verdadeiro Método susutenta que «saber o uso das partes do corpo humano é indispensavelmente necessário à Medicina » (carta 12) . Na mesma opinião abunda o Método para Aprender a Medicina (Paris, 1763) , de Ribeiro Sanches ; e em ambos se inspira a reforma pombalina, que impõe o carácter obrigatório e fundamental dos estudos anatómicos e cria, enfim, o Teatro Anatómico da Universidade.⁽⁸⁾

2.2.1 De uma maneira geral, o Verdadeiro Método inclina a substituir a certeza do dogma à especulação peripatética. ⁽⁹⁾

2.2.2 No domínio dos estudos médicos, dá Vernei largo lugar à Anatomia. Mostra-se ao corrente das descobertas de Harvey sobre a circulação do sangue e admirador de Boerhaave. Explica a vantagem de os médicos formados fazerem um estágio nos hospitais, antes de se meterem a curar. Preocupa-se com o arejamento dos hospitais. Entende ser necessário que o cirurgião tenha a experiência do cadáver. E protesta verrinosamente contra certos práticos, come sejam algebristas (correctores de deslocções ósseas) , sangradores e até parteiras. Os partos deviam ser assistidos por cirurgiões, e não por parteiras.⁽¹⁰⁾

2.3 Adução a debate, por um deles (Castro Sarmiento, Dissertatio in novam, tutam, ac utilem

Methodum inoculationis, escrita em 1721), da importante QUESTÃO DA VACINA CONTRA A VARÍOLA, que é uma típica «questão de luzes» e inspirará mais tarde a Voltaire o célebre libelo De l' Horrible Danger de la Lecture(1765). ⁽¹¹⁾

3.1 Temos conhecimento duma cerimónia mágica através da qual é simbolicamente afastado da comunidade ou sociedade tudo o que seja «desgraça, doença, seca, enfermidade, demónios, uma série de desastres, epidemia, os espíritos maus, cólera, varíola, febre ». (a expulsão directa ou imediata do mal) ⁽¹²⁾

3.2 Pode-se dizer (...) da saúde, que é um equilíbrio. Assim como a outros conjuntos de valores na vida ou na cultura de uma sociedade humana, é possível estender a este a mesma caracterização. Equilíbrio biossocial. Equilíbrio — a saúde pública — sociocultural.(...)Considerando-se o equilíbrio «saúde» um valor, não se faz julgamento estritamente científico — antropológico ou sociológico — porém já filosófico desse equilíbrio, certo como é dos valores que são matéria de análise antes filosófica do que cientificamente sociológica. A verdade, porém, é que tantos sociólogos como médicos, ao lidarem com problemas de saúde, lidam com problemas que têm que ver com valores, para o Homem, em geral, e principalmente para culturas e sociedades, e dentro de sociedades, até grupos, em particular.

A saúde existe como valor por várias sociedades e culturas desejado e estimado, em termos socioeconómicos, aos quais, em algumas sociedades e culturas, se acrescentam termos místicos ou mágicos : desequilibrado num indivíduo-pessoa o sistema de relações biossociais, nuns casos, e noutros, apenas orgânicos ou biológicas, dentro da pessoa ou nas suas relações com outras pessoas, que nele resulta, quando equilibrado, em saúde, o indivíduo assim desequilibrado faz falta ao seu grupo e pode fazer falta à sua sociedade ; tornar-se encargo para o seu grupo e pode tornar-se encargo para a sociedade, em geral ; e desprimor para a sua cultura. O mesmo poderá dizer-se de grupo desequilibrado na saúde de muitos ou de quase todos dos seus membros por doença infecciosa ou contagiosa que se generalize nele ; ou de sociedade que, quase inteira, sofra de epidemia. Tal grupo e tal sociedade são afectadas num valor socioeconómico, desejado e estimado pelos seus membros como necessário ou essencial ao inteiro equilíbrio socioeconómico do grupo ou sociedade atingido por epidemia. Daí em várias sociedades e culturas dentre as chamadas primitivas, atribuir-se valor mágico ou místico à saúde, que seria um favor de forças sobrenaturais a pessoas ou a grupos, enquanto a doença seria, pelo contrário, sinal desse desfavor, com relação a pessoa ou a grupo que, assim desfavorecido, tornar-se-ia objecto dos cuidados de uma pré-medicina cujas actividades se

fazem à base de mística ou de mágica, (...).

Daí — entre os brasileiros — cultos como o de Nossa Senhora da Saúde e como os de santos considerados protectores, por grupos inteiros, contra doenças específicas : (...), São Sebastião, contra as epidemias de varíola,(...).(13)

4.1 O homem medieval, embora temendo a morte, foi sobretudo tomado pelo pavor de falecer sem sacramentos, porque nestas condições, compareceria perante o Senhor numa situação não só deplorável, como irremediavelmente comprometedora do destino da sua alma. Assim, o viajante, quando ao partir, dirigia a sua oração, ou apenas deitava um olhar à imagem de São Cristóvão, rogava-lhe não só protecção contra perigos mortais que içavam os caminhos,mas especialmente que, num qualquer acidente, lhe desse tempo para se congregar com Deus.

Em face da peste, aconteceu precisamente o mesmo ; isto é : medo de morrer é medo de não ter tempo para a Confissão, Santa União e Sagrado Viático.

(...) depois dos meados do século XIV , com a Peste Negra (1347-1352), os perigos de morte súbita, provocada quer pela epidemia, quer por violências físicas, eram praticamente diários. Daí a necessidade de o homem medieval ter sempre à mão o pronto socorro de uns tantos santos que lhe merecessem boa confiança.(14)

4.2 A primeira das inúmeras intervenções miraculosas de São Sebastião (...) ainda no século VII, a evidenciar o seu já então bom crédito de eficiente advogado contra a peste, ficou consignada na Legenda Aurea de Voragine. Contra este autor que no dia próprio do santo, que é 20 de Janeiro, (...) uma peste feriu gravemente Pavia. Um anjo revelou então que o mal só cessaria quando um altar fosse ali dedicado a São Sebastião.(15)

4.3 O que é importante recordar é que a *Legenda*, pela maneira simples, ingénua,apaixonada, por vezes pitoresca, com que descreveu a vida dos santos, foi a primeira grande hagiografia que, durante séculos, mais emotivamente entrou no coração, e, portanto, no conhecimento do povo. Daí a sua extraordinária divulgação desde os fins do século XIV , mas sobretudo no século XV, de que é reflexo a existência actual, em todas as grandes bibliotecas, de elevado número de manuscritos primitivos que lhe dizem respeito.(16)

4.4 De resto, para se ficar protegido contra esses vários males, bastava um rápido olhar, lançado à respectiva estampa preservadora, tal como lemos a respeito de São Cristóvão :

Quand du grand saint Christophe, on a vu le portrait,

De la mort ce jour là on ne craint plus trait,

ou então :

Glorieux saint Christophe au matin te voyant.

Sans crainte d'aucun mal, on se couche en riant.

Daqui se conclui a vantagem de as estampas estarem à vista de toda a gente. ⁽¹⁷⁾

4.5 Com a generalização europeia do uso do papel e conseguida a fácil reprodução de figuras e de letras, o homem do povo pôde então ter à mão, em sua casa, as imagens bebidas em Voragine, que já lhe eram familiares, e que por preço módio, figuravam as cenas religiosas e os passos da vida dos santos de sua maior devoção. (...) (A estampagem das primeiras xilografias) correram mundo sob a forma de <folhas volantes>, cujo comércio internacional se estendeu, durante o século XV, praticamente a toda a Europa. ⁽¹⁸⁾

4.6.1 Folha volante contra a peste, cerca de 1440. (coleção da Guidhall Library de Londres) ⁽¹⁹⁾

4.6.2 Folha volante contra a peste, cerca de 1480.(reproduzida de *Crónica da Hollanda*, publicação do Departamento Cultural e de Imprensa do Consulado-Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro, n.º. 56, p.3) ⁽²⁰⁾

4.6.3 A estampa reproduzida pertence à edição de Voragine, *La legende doree en françois imprime a Paris le xx iour de mai cccc iiii xx [et] xvi* [1496] , pour Annthoine Vêrard Librarie. ⁽²¹⁾

4.6.4 Xilografia de São Sebastião, cerca de 1500. (estampa solta, anunciada pelo *Catalogue de Ventes aux enchères*, n.º 3 de la Nouvelle sêrie. Genève, Nic. Rauch, S.A., 1953, p.37.) ⁽²²⁾

4.7 Com a Peste Negra, o renome de São Sebastião subiu de novo a grande altura, sendo comumente invocado nessa angustiosa aflição e nas muitas que se lhe seguiram. Já no último quartel do século XIV, Montpellier distinguiu-se numa gigantesca prova de fé, ao mandar fabricar em 1374, e também em 1384, um longuíssimo círio ou cordão de cera que, sob a invocação do santo e ardendo no altar de Notre Dame des Tables, não só impediria uma maior grande entrada da peste, como conduziria ao cabal saneamento da cidade. Este círio estendeu-se, segundo alguns autores, desde a porta dos Carmelitas, na actual Praça Alberto Primeiro, até à torre da Barbotte ; mas segundo outras fontes, rodeou por completo as muralhas da cidade, tornando-se impentráveis aos assaltos da epidemia. ⁽²³⁾

4.8.1 S. Sebastião segundo um quadro de Clemente Sanchez (séc. XVII) do Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. ⁽²⁴⁾

4.8.2 S. Sebastião num dos frescos da Igreja de Bravães (séc. XV) . ⁽²⁵⁾

4.8.3 O ingênuo mártir S. Sebastião do séc. XV, da Igreja de Ervedal (Alentejo) . ⁽²⁶⁾

4.8.4 S. Sebastião por João Provost (cerca de 1510 a 1515) do tríptico que foi da Misericórdia do Funchal, no Museu de Arte Antiga. ⁽²⁷⁾

4.8.5 S. Sebastião da Escola Portuguesa do séc. XV, no Museu de Arte Antiga. ⁽²⁸⁾

4.9 Por ocasião da campanha de Itália em 1527, os soldados de Carlos V furtaram numa igreja de Milão ou de Roma a notável relíquia de um braço de S. Sebastião, que o imperador enviou depois como presente a seu cunhado, D. João III de Portugal. Este mandou-a depositar no mosteiro de S.Vicente de Fora, onde o mártir já estava em veneração no tempo de D.Manuel.

(29)

4.10 Na Peste Grande de 1569, foi São Sebastião o único santo a quem El Rei (D.Sebastião) rogou o favor da sua soberana interferência.⁽³⁰⁾

4.11 Na capela de S.Sebastião das Carvalheiras, em Braga, conserva-se o chamado «caixão do rolo» dentro do qual se guarda um rolo de cera benta, a que está ligada uma curiosa tradição. Diz-se que, por ocasião da epidemia de 1570, a Câmara fizera o voto de «ir todos os anos em procissão à Capela do Santo, fazendo primeiro a volta à cidade com um rolo de cera benta, da medida exacta da sua circunferência, o qual havia de arder no templo enquanto durasse a festa». Debelada a epidemia, cumpriu-se pela primeira vez o voto em procissão presidida pelo arcebispo D.Fr.Bartolomeu dos Mártires ao redor dos muros antigos da cidade. O rolo mediu então 1.527 varas.⁽³¹⁾

4.12 Na Vila da Feira, a festa de S.Sebastião é conhecida pela designação popular de «festa das fogaceiras». Segundo a tradição, teria sido instituída em meados do séc. XVI, por voto colectivo, em agradecimento pela cessação de uma epidemia. (...) Como voltasse a haver epidemias, a Câmara, em nome do povo, representou ao infante D.Pedro no sentido de restaurar a festa. Por alvará de 30-VII-1753, o infante autorizou o município a dispender a verba necessária para que a festa se celebrasse todos os anos. Assim se cumpriu até 1910.⁽³²⁾

4.13 Os vários exemplos podem ser colidos em algumas passagens do Velho Testamento. Assim, referindo-se a uma determinada ira do Senhor, o Salmo VII, 13 e 14, informa que o «juiz justo, forte e paciente... armou o seu arco e o tem pronto, já pôs nele os instrumentos da morte, já preparou as suas setas ardentes». Também Job (II, 7 e VI, 4), consumido «por uma chaga maligna desde a planta dos pés até ao alto da cabeça», diz : «...as setas do Senhor estão em mim cravadas e a malignidade delas devora o meu espírito».

Sob a lógica ingénua, que fez nascer tantas crenças populares, o santo mais evidentemente indicado contra a *peste igual à flecha de Deus*, só podia ser aquele que, milagrosamente, tinha sobrevivido às setas dos frecheiros mauritanos de Diocleciano. Para efectivamente morrer, o futuro São Sebastião teve que sofrer novo suplício, que não o das setas, a que se mostrara tão claramente imperecível. Por isso, só veio a falecer em 287, num segundo martírio em que, depois de muito espancado, lhe foi cortada a cabeça. (...) Daqui se concluiu, sem sombra de dúvida, que para este seu segundo martírio, São Sebastião não encontrou qualquer possibilidade

de sobrevivência, o que de certeza aconteceria, se nele tivessem reaparecido os frecheiros de Diocleciano. Com estas tão claras provas de resistência específica contra as setas — o mesmo é dizer : de imunidade contra a epidemia — , também nunca existiu qualquer dúvida de que São Sebastião não só seria o mais eficiente dos santos protectores contra a peste, como o melhor intermediário para alcançar o socorro divino no que respeita à cura dos epidemiados.⁽³³⁾

4.14 Ao saber da maior ou menor frequência e da intensidade dos surtos de peste verificados durante os séculos imediatos (a partir do séc. XVI), São Sebastião viu um pouco diminuídos os seus créditos de bom intercessor, (...) pela concorrência de São Roque.⁽³⁴⁾

4.15 Na generalização de culto de São Roque, teve grande influência o facto de o Concílio de Ferrara, ameaçado pela peste, em 1439, ter prescrito várias orações próprias para lhe serem rezadas em tempos de epidemia.

Ainda no século XV, mais precisamente em 1485, o seu corpo incorrupto foi roubado de Montpellier e transferido para Veneza, cidade de que passou então a ser patrono. Pouco depois, durante a nossa peste de 1505-1506, uma sua relíquia veio de Veneza para Lisboa e aqui seria venerada na Ermida de São Roque, que então começou a ser construída para assento da respectiva confraria.

Porém, (...) São Roque, apesar de ter entrado no martiriológico pela mão de Gregório XIII (1572-1585), só foi canonizado no século XVII por Urbano VIII (1623-1644).⁽³⁵⁾

4.16 Mais tarde, tendo perdido a veneração das inúmeras confrarias de arqueiros, besteiros e arcabuzeiros, de que sempre foi infatigável e que a pouco e pouco se extinguíram, São Sebastião, tal como todos os seus outros colegas na luta contra a epidemia, deixou de ser invocado quando esta doença se tornou uma raridade no mundo cristão e o seu tratamento verdadeiramente eficaz.

5.1 No Carnaval, pode aplicar-se a lógica do bode-expiatório à queima do carro alegórico, também chamado do Inferno. O carro transportava simbolicamente todos os pecados do povo cometidos no ano anterior.⁽³⁷⁾

5.2.1 Entre os Gregos Antigos, executava-se o bode-expiatório no tempo da epidemia.

Em Marseilles, uma das colónias mais movimentadas e brilhantes, a vítima era o homem da classe mais pobre ou baixa.⁽³⁸⁾

5.2.2 Entre os Gregos da Ásia Menor, era sacrificada a pessoa feia ou disforme sempre que acotessem a peste, a fome ou outra calamidade pública. Depois da açoitada, foi queimada à morte.⁽³⁹⁾

5.3 Durante a Idade Média, além de levar os homens ao pecado, os anjos degenerados ou

demônios eram acreditados em causar os vários tipos de calamidades quer naturais quer acidentais (...) os anjos degenerados eram considerados como agentes de fome, guerra, doença, terremotos, mortes acidentais e as várias desordens mentais ou emocionais. Pessoas aflitas com doenças mentais eram consideradas como demônio possuído.⁽⁴⁰⁾

5.4 O quadro de F.Rigi no Museu de Prado, <Auto da Fé> (1683) ⁽⁴¹⁾

5.5 Todos (os relaxados) levavam as mãos atadas debaixo das semarras (...) e estas pintadas de chamas de fogo direito, entre as quais punham o retrato do réu, que se era profitente levava junto a ele pintadas horríveis figuras do diabo a mordê-lo e a fazer-lhe gaifonas. Alguns levavam medonhas carochas. (...) Eram as tais carochas umas mitras de papelão todas fechadas e nelas pintadas muitos fogos e diabos a saltar.⁽⁴²⁾

5.6 1683 — Sentença de Maria Antônia, (...) , por culpas de feitiçarias.

(...) curava todo o gênero de enfermidades de quaisquer pessoas ou animais que se lhe ofereciam, (...) usando somente de palavras, orações, água-benta, terra de adro, de nove ervas e cruzeiros que fazia nos braços direitos dos enfermos, (...), resultando deste extraordinário modo de curar e da prova da justiça presunção que procedia de a ré ter pacto com o Demônio, a cujo diabólico poder se devem atribuir os efeitos, quando os remédios não são adequados para o dito fim, nem as palavras constituídas para eles, antes quanto mais santas são as proferidas e mais chegadas ao autor da santidade fica a dita presunção sendo maior, pois o Demônio procura com eles ser honrado à semelhança de Deus, e, outrossim se confirmar com a ré as proferir sobre coisas e curas dos ditos enfermos, os quais também saravam estando eles distantes, o que não podia ser sem auxílio do mesmo Demônio, pois todo o remédio para causar efeito se deve aplicar por contacto formal ao dito enfermo e não em suas coisas, estando ele distante, e que a ré maliciosamente encobria o dito pacto. (...) saiu no auto-de-fé público celebrado no Terreiro de São Miguel, da cidade de Coimbra, em domingo 21 de Fevereiro de 1683.⁽⁴³⁾

5.7 Venham denunciar e manifestar ante Nós o que souberem dos casos abaixo declarados.

(...) Se sabem ou ouviram que alguma pessoa (...) faça feitiçarias ou quaisquer superstições, usando mal a este fim de coisas sagradas, pretendendo ter pacto tácito ou expreso com o Diabo, invocando-o ou venerando-o. (o Edital da Inquisição) ⁽⁴³⁾

5.8.1 A astrologia, a horoscopia e a magia dominavam muitos sectores doutrinários e exercitantes da medicina em Portugal.⁽⁴⁵⁾

5.8.2 A astrologia gozava então de grandes créditos e os astrólogos (<estólicas>, como então se dizia) eram considerados pelos reis. Um dos astrólogos da corte de D.João II foi o judeu rabi Abraão. O judeu mestre Antão cirurgião-mor do reino é muito considerado por El-Rei. Também como médico se distinguiu na corte de D.João II o judeu mestre Leão.⁽⁴⁶⁾

5.8.3 (Nas Ordenações Filipinas), mantem-se a excepção, que as Manuelinas já consignavam, em favor dos <astrólogos, que por ciência, e arte de astrologia, vendo primeiro as nascenças da pessoa, disserem alguma coisa segundo seu juízo, e regra da dita ciência >. Os astrólogos não só eram exceptados de pena, mas gozavam de favor na corte e da protecção e munificência régia. Nem de outro modo podia ser, pois que os próprios monarcas os consultavam. Braamcamp Freire cita uma carta régia de 22 de Outubro de 1513, pela qual D.Manuel concedeu a mestre João,(...), desde o 1º. de Janeiro de 1514, <em quanto nossa mercê for e nos delle servirmos nesta cidade, 12:000 reais de tença assentado no almazem da Índia>. Mercês desta natureza era vulgares.⁽⁴⁷⁾

5.8.4 Por alvará de 13 de Outubro de 1654, foi permitido a um soldado, que se dizia ter o dom de curar com palavras, continuar a usar desta prenda, aumentando-se-lhe o soldo com a obrigação de empregar o seu préstimo a benefício dos militares que dele precisassem.

Não era raro escolher os templos para a prática de superstições. De abusos desta natureza se queixava a El-Rei o juiz de Montemor-o-Novo, em 1512.

Em 1636 pretendia Diogo Moniz que se tirasse devassa de lhe haver dado uma Isabel de Sousa feitiços com os quais estava tolhido na cama. El-Rei deferiu o pedido. Outros diplomas foram expedidos em diversas ocasiões contra as práticas supersticiosas.⁽⁴⁸⁾

5.9 Venham denunciar e manifestar ante Nós o que souberem dos casos (...)

(...) Se sabem ou ouviram que alguma pessoa depois de baptizada negue ou escarneça com palavras ou acções a verdadeira religião, ou cubra a sua impiedade com o nome de filosofia ou de espírito forte ou com outro qualquer, desprezando toda a revelação e pretendendo governar-se só pelos ditames da razão natural, dizendo ou dando a entender que não há mais que nascser e morrer, nem a esta vida se segue outra eterna em que há Paraíso para os bens e Inferno para os maus. (o Edital da Inquisição) ⁽⁴⁹⁾

5.10.1 Amato Lusitano, João Rodrigues de Castelo Branco, médico por Salamanca e um dos mais notáveis do seu tempo. Intimidado pelas perseguições, ausentara-se de Portugal em 1533 ou 34, com destino a Flandres, (...) Faleceu de peste em Salónica no ano de 1568.⁽⁵⁰⁾

5.10.2 Garcia de Orta, autor do livro, Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia (Goa, 1563), cuja edição original teve uma limitada circulação, quicá devido aos receios do Santo Ofício por causa da sua curiosidade científica de conhecer DE VISU a matéria médica do Oriente. ⁽⁵¹⁾

5.10.3 Luís António Verney, autor do Verdadeiro Método de Estudar(Nápoles, 1746 em 2 volumes). Uma remessa destes volumes foi dirigida a Lisboa, mas a Inquisição apreendeu-os. Um conservador mais expressivo (Fernando de Lirca) comparou mesmo a sua chegada ao

porto de Lisboa a uma «esquadra de demónios», votados à infecção do País.⁽⁵²⁾

5.11.1 A grande ausente na inteligência peninsular de então é a ciência, na acepção positiva que ela gradualmente vai assumindo, mediante os progressos da matemática, da física, da química. Para caracterizar com rigor a situação peninsular no que a esse escopo respeita, parece legítimo afirmar-se que não houve qualquer contaminação efectiva do espírito e da problemática científicos em quaisquer centros intelectuais de Portugal e Espanha. Há, sim, e tão só, fenómenos individuais isolados de curiosidade mental pelos progressos estranhos, entrevistados com mal contido e significativo assombro. Mas não há sombra de criação científica, e, portanto, não se verifica quer continuidade quer influência nacional nessas individuais expectativas da alheia ciência.⁽⁵³⁾

5.11.2 Qualquer que seja o estrato ou o grupo considerados dessa sociedade, o que transluz na sua irradiação mental é sempre, antes de mais, a valorização do sobrenatural, a atenção ao numinoso, o vago ou claro sentido da inescrutável prioridade da ordem da transcendência sobre a da sucessão dos eventos.⁽⁵⁴⁾

6.1 As novas fontes de riqueza alcançadas pelos Descobrimentos, sobretudo o ouro da Mina, o açúcar madeirense e depois o brasileiro; o tráfego comercial na costa ocidental de África e, depois, no Índico (que dava ao rei receitas extraordinárias, facilitando-lhe a independência perante as reticências das cortes a novos impostos, uma das condições que permitiam a indiferença real pela sua convocação); o aumento das disponibilidades financeiras do rei com os padorões de juro; a necessidade, por todos sentida, de um comando unitário do Estado para fazer face às responsabilidades do expansionismo no Atlântico, no Índico e até peninsular; o primeiro abatimento da nobreza com D. João II e a subordinação dela com o alargamento progressivo da corte e a concessão de tenças, empregos e benefícios diversos em todas as partes do Império Português.⁽⁵⁵⁾

6.2 Até meados do século XVI, o Império Português tinha o seu centro vital na rota do Cabo, pela qual as mercancias orientais se escoavam para Lisboa e para os portos da Europa Ocidental. Como é sabido, Portugal desempenhara aí papel de pioneiro mas não logrou sobrepor-se às consequências que advieram das novas correntes da circulação internacional por ele mesmo desencadeadas.⁽⁵⁶⁾

6.3 O que se verifica na Península Ibérica, ao longo da segunda metade do século XVI, é a implantação de uma estrutura social fêrreamente aristocrática, fundada na posse da terra, a imutável riqueza que resistira à loucura dos preços de então. Ora a posse da terra hispânica cabe quase por inteiro a uma pequena minoria: o rei, o clero e as classes privilegiadas detêm

95% do solo, (...) . Nunca a eloquência dos números foi tão meridiana: apenas 5% das terras tocavam a 75% da grei (...) .⁽⁵⁷⁾

6.4 O monopólio da terra pela classe senhorial e o seu controlo, acompanhada por uma camada da burguesia mercantil dos lucros da exploração ultramarina constituem as raízes da depressão económica. Esta situação ocasiona um estacionamento da agricultura, faltando, além disso, um mercado interno que absorva uma produção de tipo industrial, tanto mais que os lucros do comércio ultramarino não tendem a investir-se: ou se escoam para Inglaterra e Holanda, ou são desbaratados no consumo, enquanto a população provavelmente diminuía devido à pressão económica, à sangria derivada da expansão ultramarina, evolução esta agravada pelas frequentes epidemias (como as de 1502, 1506, 1513, 1521, 1559, 1579, 1581) (...) ; de facto, a população teria baixado espectacularmente, pois, segundo alguns autores, andando à roda de 2 milhões de pessoas nos começos do século XVI, se situaria na casa de 1 milhão ao findar este século. Com tudo isto, a grande maioria do território jazia inculto e «sobrava» gente, que alimentava a legião de mendigos e vadios.⁽⁵⁸⁾

7.1 (...), os Epodon siue lãbicornum carminum libri tres (impressos por Francisco Correia, Lisboa, 1565) , dedicados a D. Sebastião. Distinguem-se, entre as outras peças deste volume, as «Sententiae», no tom gnómico que o título incula, e a «Institutio Sebastiani primi felicissimi Lusitanae Regis », onde Diogo de Teive, humanista expõe o ideal educativo que recomenda para o jovem soberano, que, à data da publicação, contava apenas 11 anos da idade.⁽⁵⁹⁾

7.2.1 (D. Sebastião), por bondade / Do Summo Eterno Rei foi concebido, por Deus foi dado a este Reino, por milagre / Nos foi dado., e Permittio Deus que ao Mundo elle viesse, / Quam desejado foi de toda a gente, / E com quantos suspiros concedido / Por unico remedio da ruína, / Que as Lusitanas cousas receavão, (...).⁽⁶⁰⁾

7.2.2 (No dia 20-1-1554) , Lógo de noite se ordenou uma soléne procissão de toda a cleresia e religiosos da Sé a S. Domingos. (...) Leváram nela o braço do Mártir S. Sebastião, o qual foi trasído a êste Reino de Portugal do saque de Roma, em tempo de Clemente 7º. (...). Chegado o outro dia do nascimento do Príncipe, foi batizado e lhe puséram por nóme Dom Sebastião, que foi o 1º. dêste nóme por nascêr ao dia de S. Sebastião a quem já o pôvo português era muito obrigado por devoção por Dêus havêr levantado a cruel e frequente pête dêstes Reinos, com a vinda do seu braço.⁽⁶¹⁾

7.3 (Diogo de Teive exorta D. Sebastião) a que os termos da espaçosa larga India / Se acabem lá onde o Mundo os seus acaba. / A isto ajuntará com gloriosas / Vitorias a infiel terra

Africana, / Do nome Lusitano unica imiga, (...) ⁽⁶²⁾

7.4.1 Em 1561, obtive do papa Pio IV uma bula em que se concediam as indulgências dos lugares santos de Roma aos fiéis que visitassem as relíquias depositadas no mosteiro de S. Vicente, em 20 de Janeiro e nos quatros domingos de Maio. Entretanto, fizera o voto de erguer novo templo a S. Sebastião no sítio onde já estava a ermida da devoção dos artilheiros. ⁽⁶³⁾

7.4.2 Por ocasião da peste de 1569-1570, mandou dar começo às obras, mas estas ainda demoraram e, afinal, escolheu-se sítio para a nova igreja no Terreiro do Paço, ao nascente junto ao mar. Esta obra interrompeu-se por falta de recursos e por causa dos acontecimentos que sobrevieram. ⁽⁶⁴⁾

7.4.3 Em 1573, atendendo a súplicas de D.Sebastião, o papa Gregório XIII enviou-lhe, com o breve Permagnum est, datado de 8 de Novembro, uma das duas setas ainda conservadas em Roma das que tinham servido ao martírio do santo. ⁽⁶⁵⁾

7.4.4 ElRei a recebeo na Villa de Almeirim em o mez de Fevereiro; para o que ordenou huma procissão solemne, na qual o Arcebispo de Lisboa levou a sagrada Reliquia debaixo do Pallio, e nas varras delle pegavão o Cardeal D.Henrique, o Infante D.Duarte, o Enviado do Papa Lanoya, o Embaixador de Castella, e D.Pedro Diniz: disse Missa de Pontifical o Arcebispo, e prégou o Bispo de Miranda D.Antonio Pinheiro. ⁽⁶⁶⁾

7.4.5 (Testamento delRey D.Sebastião em 13 de Junho de 1578) (...) a jornada de Africa contra os Infiéis inimigos do nome de Jesu Cristo nosso Redemptor, (...) Emcomendo minha alma a Deus que a criou e remio com sua sagrada morte e paixão, por cujos mercimentos lhe pesso que (...), segundo a sua infinita Misericordia e piedade, a haja de minha alma, e pesso a Gloriosa Madre de Deus Senhora nossa queira rogar por mi a seu preciozo filho meu Redemptor que naquella derradeira hora (a morte) me não dezempare, e ao bem-aventurado S.Sebastião, cujo nome tomei, e em cujo dia naci, (...) a todos os Santos e Santas do Ceo, (...), pesso que me socorrão, e me alcancem do Senhor especial ajuda e favor para aquella derradeira hora,...). Acontecendo que eu faleça nesta jornada de Africa, (...), mando que (o meu corpo) se depozite na Capella Mor de S.Vicente de fora dos Conegos Degrantes da Congregação de Santa Cruz, (...). ⁽⁶⁷⁾

8.1 (Gonçalo Anes Bandarra) (...), tornou-se celebrado como autor de umas Trovas que ajudaram a fortalecer e divulgar o mito nacional do Sebastianismo. (...), e a sua mensagem de visionário recebe enorme projecção a partir de 1580, vendo-se nas Trovas, na frase de Lúcio de Azevedo, «o Evangelho do Sebastianismo». Um antigo partidário do Prior do Crato, D.

João de Castro, publica em Paris, no ano de 1603, a *Praraphrase et Concordancia de algvas Prophecias de Bandarra*, çapateiro de Trancoso, procurando interpretar as Trovas de acordo com a «desventura de Portugal» profetizada pelo sapateiro vidente. (...) O bandarismo, que serviu de alimento espiritual ao sebastianismo, engloba um profetismo de carácter messiânico e um sentimento cândido de patriotismo ianto que se casavam na mentalidade portuguesa do tempo.⁽⁶⁸⁾

8.2.1 O fingido D. Sebastião foi chamado Rei da Ericeira. Foi sentenciado na segunda-feira, 22 de Junho de 1585.⁽⁶⁹⁾

8.2.2 Frei Estêvão Caveira de Sampaio, da Ordem de S. Domingos, se executou na segunda-feira, 1.º de Setembro de 1603.⁽⁷⁰⁾

O livro de «Discurso do sempre bem vindo e aparecido Rei D. Sebastião» (Paris, 1602) de D. João de Castro, o qual ou escreveu obrigado de amor, que é grande dos amantes da cegueira, ou vendido da ignorância ou por tentação do Demónio, (...) e foi o maior interesse do nosso inimigo, e no qual o (Rei D. Sebastião) nomeia muitas vezes por Frei Estêvão Caveira de Sampaio.⁽⁷¹⁾

8.2.3 Manuel Bocarro foi denunciado à Inquisição como judaizante por seu irmão, e em 1624 escreveu a *Anacephaleosis* da monarquia lusitana em que o Estado astrológico (a primeira parte do livro) exprime as esperanças anteriores de glória e poderio, que D. Sebastião tinha de realizar: a sujeição de Mouros e Turcos, o império universal, o domínio da Fé católica e obediência ao Pontífice romano em toda a terra.⁽⁷²⁾

8.3 Quando os Sebastianistas chegar no topo e auge da loucura, inventaram e compuseram três Sentenças dadas por três Sumos Pontífices, que foram Clemente 8º., Paulo 5º. e Urbano 8º. — a 1ª. de 23 de Dezembro de 1598, a 2ª. de 27 de Março de 1617 e a 3ª. de 14 de Fevereiro de 1630 — nas quais julgam e manifestam ser vivo El-Rei D. Sebastião e se haver apresentado diante deles, que logo averiguaram ser ele próprio e verdadeiro e assim o declaravam ao mundo e sob graves penas de excomunhão reservadas, mandavam aos Reis de Castela lhe entregassem seus Reinos.⁽⁷³⁾

8.4 O auto-de-fé (de 28, 29 e 30 de Novembro de 1621) em que os Senhores Inquisidores festejaram o primeiro Domingo do Advento em Coimbra.⁽⁷⁴⁾

9.1 Chegou o dia de Sábado, 4 de Dezembro de 1640, no qual com o sucesso da aclamação d'El-Rei D. João 4º., com o qual mudaram todas as coisas de estilo e de sorte.⁽⁷⁵⁾

9.2 A censura da Inquisição aprovou (as Trovas). Passados cem anos, o réu condenado ao

silêncio falava livremente ante os juízes de outrora, em plena apoteose. (...)

Um entusiasta, personagem de importância, como o governador das almas da Beira, D.Álvaro de Abranches, mandou fazer o túmulo, e João de Saldanha de Sousa, seguinte governador, ordenou a inscrição que dizia: *Aqui jaz Gonçalo Eanes Bandarra, natural desta vila, que profetizou a restauração deste reino, e que havia de ser no ano de 1640, por el-rei D.JoãoIV, nosso senhor.* O Conde da Vidigueira, embaixador em Paris, manda imprimir à sua custa em Nantes as *Trovas*. (...) Em homenagem ao profeta, um dos descendentes, Miguel Dias Bandarra, é agraciado por D. João IV com uma administração de capela.⁽⁷⁶⁾

9.3 A Inquisição, queixosa de D.João IV, e tentando atalhar a inclinação dos espíritos à superstição antiga, condenava outra vez o Bandarra. Em 1665 tornavam as *Trovas* a ser proibidas. O empenho era baldado, pois nenhum esforço lograva extinguir a crença que, sobrevivendo a três ou quatro gerações, se arreigara no País. O sebastianismo fermentava sempre, e não era só mania do povo ignaro, senão que da crença participavam homens antiladas e de espírito culto. A menoridade do soberano, as incertezas da guerra com Castela, influíam nos ânimos timoratos para novamente fundarem no sobrenatural suas esperanças.⁽⁷⁷⁾

9.4 Interveio a Inquisição, e a esperta (Maria de Macedo, filha de um violeiro) saiu condenada a degredo e açoites, no auto da fé realizado a 4 de Abril de 1666. Nesse ano, em véspera de S. João, devia D. Sebastião chegar, e houve quem fosse esperá-lo à Luz, que era o lugar designado. Certos adeptos acreditavam que D. Sebastião se achava no Reino, e só esperava a hora propícia para se revelar.⁽⁷⁸⁾

9.5 O facto é que, pouco a pouco, foi abandonando a idéia da ressurreição de D.João IV, que não via realizar-se, e pondo em outros as esperanças do Quinto Império. (...)

Já em 1664, antes de (D. João IV) ser preso, parece inclinado a consignar a coroa de Encoberto D.Afonso VI (1643-1683) . Depois, talvez para propiciar os juízes e o poder do dia, renega decididamente o rei falecido. Passa em seguida o império a D. Pedro e depois a seu primo génito, o primeiro D.João, que viveu poucos dias e a respeito de quem em 1689 pregou na Bahia que «não só havia de ser imperador senão imperador de todo o Mundo». E, como a morte do príncipe lhe inutilizou o presságio, dava-lhe um sentido místico, para asseverar que Deus o chamara o império do Céu, ficando o da terra ao irmão esperado, que havia de ser D.João V (1689-1750).⁽⁷⁹⁾

9.6 Pode assim dizer-se que, no reinado de D. João V, as condições da economia portuguesa no século XVIII melhoraram consideravelmente, transformando o País num excelente mercado: embora com um território continental de reduzida extensão, os lucros eram avultados, dada a

abundância do ouro. Os estrangeiros procuravam o País e ingleses, franceses, italianos, espanhóis e alemães instalaram-se em Lisboa, quer com profissões mercantis e liberais, quer no artesanato e até noutras mais humildes. Os lucros comerciais auferidos estimulavam também a própria produção industrial local. Em meados do reinado verifica-se uma intensificação de investimentos industriais manufactureiros, a mais importante desde a legislação do conde da Ericeira, em 1675-80. Este surto manufactureiro cobre a actividade industrial entre 1720 e 1740 e diz respeito a diversas manufacturas localizadas na cidade de Lisboa ou muito próximas. Como sempre, o fomento industrial aparece ligado a dificuldades económicas gerais, que a governação procura enfrentar desse modo. Com efeito, nesse período agrava-se a situação brasileira com o aumento do contrabando do ouro e os perigos de guerra com a Espanha. Ao mesmo tempo, surgem novas dificuldades no domínio português do Oriente (1736-40). Ao acumular das dificuldades económicas acrescentam-se dificuldades sociais: «insubordinação» de nobres (1728); quebras de disciplina de trabalho («greve» dos pedreiros em Mafra, 1731; campanha a favor de «sesta», em Lisboa, 1740); intensificação da luta antijudaica (1730-35). As dificuldades governativas daí decorrentes aumentavam ainda mais as dificuldades do esquema absolutista tradicional. Desse facto, tinham perfeita consciência tanto o rei como o seu ministro cardeal da Mota. Todas estas dificuldades materiais, sociais e políticas se agravaram consideravelmente desde que o rei adoeceu, em 1740, (...) .⁽⁸⁰⁾

9.7 A decadência em que a Nação se sente, em vez de inspirar desânimo acorda esperanças grandiosas. Volvem à tela as ambições passadas. Em 1736, quando nasce a primeira filha ao futuro rei D. José, um fraude bernardo, pregando em Coimbra, prediz-lhe que há-de ter um filho varão, e que esse fundará o quinto império anunciado nas profecias.⁽⁸¹⁾

9.8 As condições que permitiram a experiência liberal varreram de todo a crença popular sebastianista. Por si, a verificação de tal paralelismo bastaria, ao que parece, para considerar finda então a história do mito.⁽⁸²⁾ (...) assim creria Oliveira Martins ao averbar: «a consequência mais profunda da revolução liberal foi a ruptura da tradição, o acabamento definitivo do SEBASTIANISMO: exprimindo por esta palavra simbólica todo o corpo de ideias, ambições e costumes históricos.»⁽⁸³⁾

10.1 A Inquisição, para demonstrar a sua alegria pela boa-vinda do monarca, preparou-lhe este festim. Deve notar-se que quando alguma pessoa real assistia aos autos, sempre estes saíam com mais gente e morriam mais.⁽⁸⁴⁾

10.2 Na Inquisição tudo era mistério—e tal que muitas vezes os desgracados se achavam já ardendo entre as chamas duma fogueira, acesa sem nome de Deus, e ainda para eles era tudo

isso um verdadeiro mistério.⁽⁸⁵⁾

10.3 (A Inquisição) levava a sua frenética inumanidade a obrigar o pai que acusasse o filho este o pai, convertendo assim o género humano em um bando de delatores e a sociedade em uma borda de espões. Progenitores, descendentes, esposo e consorte, irmãos, parentes e amigos, deviam todos mutuamente observar-se e sem respeito a quaisquer considerações reciprocamente acusar-se.⁽⁸⁶⁾

N O T A

Bibliografia

Em iniciais as abreviaturas que passo a utilizar.

- i) Joel Serrão. Dicionário de História de Portugal, Lisboa, 1971. ... J.S.
- ii) Damião Peres. História de Portugal, Barcelos, 1927-38. ... D.P.
- iii) J.G. Frazer, Golden Bough, Edinburgh, 1900(2ª. ed.). ... G.B.
- iv) Mário da Costa Roque, As Pestes Medievais Europeias e o «Regimento proueytoso contra ha pestenença »Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496)., Paris, 1979. ... M.C.R.
- v) José Lourenço de Mendoça e António Joaquim Moreira, História dos Principais Actos e Procedimentos da Inquisição em Portugal, Lisboa, 1980. ... H. P. A. P.
- vi) F. de Almeida, História de Igreja em Portugal, Coimbra, 1910 (2ª. ed.). ... F.A.
- vii) J. Lúcio de Azevedo, A Evolução do Sebastianismo, Lisboa, 1947 (2ª. ed.). ... E.S.
- viii) _____, Historia dos Cristãos Novos Portugueses, Lisboa, 1975 (2ª. ed.). ... J.L.A.
- ix) Yvone Cunha Rêgo, Feiticeiros, Profetas e Visionarios, Lisboa, 1981. ... Y.C.R.
- x) The New Encyclopaedia Britanica, 1943-73. ... N.E.B.

(1) J. S., vol. II, p.62. Ver. J.S., ibid, p.62-64; D. P., vol. VI, p.84, 363, 517. Ibid, vol. VII, p.204, p.336-37, p.434, 508.

(2) J.S., vol. II, p.63.

(3) Ibid, p.63.

(4) Ibid, p.62.

(5) Ibid, p.62.

(6) Ibid, p.62.

(7) J.S., vol. III, p.5.

(8) Ibid, p.849.

(9) J.S., vol. IV, p.274.

(10) Ibid, p.275.

(11) J.S., vol. III, p.849

(12) Ver. G. B., vol. III, p.60-69.

(13) Gilberto Freyre, Sociologia da Medicina, Lisboa, 1967, p.172-73.

(14) M.C.R., p.243.

(15) Ver. ibid, p.249-50.

(16) M.C.R., p.243.

- (17) Ibid, p.246.
- (18) Ver. ibid, p.244-45.
- (19) M.C.R.
- (20) Ibid.
- (21) Ibid.
- (22) Ibid.
- (23) Ibid. p.250-51.
- (24) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro, 1945, vol. XXVIII, p.24.
- (25) Ibid, p.24-25.
- (26) Ibid.
- (27) Ibid.
- (28) Ibid.
- (29) Ibid. p.24.
- (30) M.C.R., p.262.
- (31) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro, 1945. vol. XXVIII, p.25.
- (32) Ibid, p. 25.
- (33) M.C.R., p.248-49.
- (34) Ibid, p.251.
- (35) Ibid, p.261-62.
- (36) Ibid, p.251.
- (37) Ver. G.B., vol. III, p.70-72.
- (38) Ibid, p.124-25.
- (39) Ibid, p.124-25.
- (40) N.E.B., vol. I, p.874.
- (41) Ver. Encyclopaedia Judaica, Israel, 1971, vol. VIII, p.1402-03; New Catholic Encyclopedia, Washington, 1967, vol. I, p. 1116; A Inquisição (A coleção da «Enciclopedia pela imagem»), Porto, p.37.
- (42) Ver. H.P.A.P., p.137-38.
- (43) Ver. H.P.A.P., p.137-38.
- (44) Ibid, p.285.
- (45) J.S., vol.III, p.4.
- (46) F.A., vol. I, p.396. Ver. Afonso X, Siete Partidas, Part. VII, tit. XXIII, lei I. in F.A., vol. I, p.403; J.S., vol. I, p.241-42; E.S., p.27-28.
- (47) F.A., vol. II, p.366.
- (48) Ibid, p. 366.
- (49) H.P.A.P., p.284.
- (50) J.L.A., p.365.
- (51) J.S., vol.III, p.248-49.
- (52) Ibid, vol. IV, p.272.
- (53) Ibid, vol. III, p.815.
- (54) Ibid, p.815.
- (55) Ibid, vol. I, p.11.
- (56) Ibid, vol. III, p.813.
- (57) Ibid, p.814; Ver. Braudel, La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II, Paris, 1949.
- (58) Ver. J.S., vol. I, p.743-44.
- (59) Ibid, vol. IV, p.134-36.

- (60) Epodos/ que contém/ Sentenças/ uteis a todos os homens,/ A's quaes se accrescentão Regras para a/ boa educação de hum Principe:/ Composto tudo na Lingua Latina/ pelo insigne Portuguez Diogo de Teivo/ Lente de Humanidades, e depois Reitor do/ Collegio das Artes da Universidade de/ Coimbra no tempo d'ELREI/ D. João o III./ Traduzido na vulgar em verso solto/ Por/ FRANCISCO DE ANDRADE,/chronista mór do Reino, e Guarda mór da Torre do Tombo./ Copiado fielmente da Edição de Lisboa/ Na Of. Patr. de Francisco de Luiz Ameno./ M. DCC. XXXVI./ Com Licença da Real Meza Censoria, p.93-97.
- (61) António Ferreira de Serpa, Crónica de El-Rei Dom Sebastião,(...) compôsta pelo P^e Amador Rebêlo, Porto, 1925, p. 9-10.
- (62) Os Epodos (...), Lisboa, 1565, p.97-99.
- (63) Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa e Rio de Janeiro, 1945, vol. XXVIII, p.24.
- (64) Ibid, p.24.
- (65) Ibid, p.24; Ver. Corpo Diplomatico, t.X p.476; D. António Caetano de Sousa, Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Coimbra, 1948 (2^a. ed.), tomo III. I parte, p.508; F. A., vol. II, p.324; M. C. R., p.249.
- (66) Fr. Claudio da Conceição, Gabinete Histórico, Lisboa, 1818, Tomo II , p.309.
- (67) D. António Caetano de Sousa, op. cit, p.249-258.
- (68) J. S., vol. I , p. 288-89; Ver. E. S., p. 9; J. S., vol. III, p.810-17; <Une Copie Madrilène des 'Trovas' de Bandarra por Claude-Henri Frêches > in Arquivo do Centrto Cultural Português de C. Gulbenkian, 1970, vol. II, p.282-316.
- (69) Y.C.R., p.243.
- (70) Ibid, p.183.
- (71) Ibid, p.183-84.
- (72) E.S., p.54-55, 57; Ver. J.S., vol. I , p.255-58.
- (73) Y.C.R., p. 212.
- (74) H.P.A.P., p.145-279.
- (75) Y.C.R., p.220.
- (76) E.S., p.76; Ver. J.S., vol. I , p.288-89.
- (77) Ibid, p.88.
- (78) Ibid, p.99.
- (79) Ver. E.S., p.94-95.
- (80) J.S., vol. II, p.624-25.
- (81) E.S., p.102.
- (82) Ver. ibid, p.113.
- (83) J.S., vol. III, p.816.
- (84) H.P.A.P., p.145-279.
- (85) Ibid, p.295.
- (86) Ibid, p.133; Ver. K.Buke, "Myth, Poetry and Philosophy", Language as symbolic Action, Univ. of California Press, 1966, p.380-409; E.E.Evans-Pritchard, Witchcraft, Oracles and Magic Among the Azande (1937)., in N.E.B., vol. XIX, p.895-96.